



PROINF, JUVENTUDE E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALAGOAS: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Juliana Antero da Silva¹

¹Professora do Município de Pilar-AL. Mestra em Geografia - PP GEO/UFES. Especialista em Ensino de Geografia – UCAM. Licenciada em Geografia - UNEAL/AL. E-mail: julianaantero@hotmail.com

Artigo recebido em 17/03/2020 e aceito em 07/09/2020

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir acerca da relação entre o PROINF e a juventude na reestruturação territorial da agricultura familiar nos Territórios da Cidadania (TC's) de Alagoas. Estas considerações iniciais foram delineadas a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O PROINF configura-se como a política pública direcionada a dinamização da produção da agricultura familiar com a disponibilidade de capital para infraestruturas e serviços. As materialidades inseridas nos territórios dos agricultores familiares pelo PROINF são objetos técnicos que necessitam de conhecimento técnico para o uso. Os jovens são propensos a buscar qualificação profissional para dá funcionalidade aos equipamentos disponibilizados pelo PROINF para uso coletivo. Mas, em geral, as propostas de ação do PROINF em Alagoas tratam os jovens como “invisíveis”. Dos 72 municípios que integram os seis TC's Alagoas, somente o município de Palmeira dos Índios do TC do Agreste apresentou, em 2010, uma proposta de projeto PROINF na linha de atuação capacitação profissional voltada para os jovens. Esse descompasso, entre infraestruturas e serviços, pode vir a provocar a busca pelo conhecimento e consequentemente, a saída dos jovens do campo.

Palavras-chave: PROINF; conhecimento; juventude; agricultura familiar; Alagoas.

PROINF, YOUTH AND TERRITORIAL RESTRUCTURING OF FAMILY AGRICULTURE IN ALAGOAS: INITIAL CONSIDERATIONS

ABSTRACT

The aim of this study is to reflect on the relationship between PROINF and youth in the territorial restructuring of family farming in the Territories of Citizenship (TC's) of Alagoas. These initial considerations were outlined from bibliographic, documentary and field research. PROINF is configured as a public policy aimed at boosting the production of family farming with the availability of capital for infrastructure and services. The materials inserted in the territories of family farmers by PROINF are technical objects that need technical knowledge for use. Young people are prone to seek professional qualification to give functionality to the equipment provided by PROINF for collective use. But in general, PROINF action proposals in Alagoas treat young people as “invisible”. Of the 72 municipalities that make up the six TC's Alagoas, only the municipality of Palmeira dos Índios of the TC do Agreste presented, in 2010, a PROINF project proposal in the line of professional training aimed at young people. This mismatch between infrastructures and services can lead to the search for knowledge and, consequently, the departure of young people from the countryside

Keywords: PROINF; knowledge; youth; family farming; Alagoas.

PROINF, JUVENTUD Y REESTRUCTURACIÓN TERRITORIAL DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN ALAGOAS: CONSIDERACIONES INICIALES

RESUMEN

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre la relación entre el PROINF y la juventud en la reestructuración territorial de la agricultura familiar en los Territorios de Ciudadanía (CT's) de Alagoas. Estas consideraciones iniciales fueron esbozadas a partir de investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. PROINF se configura como una política pública orientada a impulsar la producción de la agricultura familiar con la disponibilidad de capital para infraestructura y servicios. Las materialidades insertadas en los territorios de los agricultores familiares por PROINF son objetos técnicos que necesitan conocimientos técnicos para su uso. Los jóvenes son propensos a buscar una calificación profesional para dar funcionalidad a los equipos provistos por PROINF para uso colectivo. Pero en general, las propuestas de acción de PROINF en Alagoas tratan a los jóvenes como "invisibles". De los 72 municipios que componen los seis TC's Alagoas, solo el municipio de Palmeira dos Índios del TC do Agreste presentó, en 2010, una propuesta de proyecto PROINF en la línea de formación profesional dirigida a jóvenes. Este desajuste, entre infraestructuras y servicios, puede conducir a la búsqueda de conocimiento y, en consecuencia, a la salida de los jóvenes del campo.

Palabras clave: PROINF; conocimiento; juventud; Agricultura familiar; Alagoas.

INTRODUÇÃO

A necessidade de corrigir os problemas sociais e ambientais marca as ações que originou o ordenamento territorial (OT). Assim, o ordenamento do território sustentou-se no desenvolvimento da sociedade e de suas necessidades espaciais. O pós-Segunda Guerra Mundial provoca uma maior disseminação da ideia de OT ao ampliar esta abordagem para o espaço rural, antes pautado, principalmente, no ordenamento das cidades. Nessa perspectiva, o esvaziamento populacional do espaço rural, a centralização de políticas agrícolas setoriais e a ausência de mercado de trabalho são alguns dos vários elementos que indicam a necessidade do ordenamento dos espaços rurais. Segundo Pinto (2011), as medidas estabelecidas pelo OT procuram facilitar a fixação da população, reabilitar os núcleos populacionais e equipar de infraestruturas capazes de minimizarem os desequilíbrios socioeconômicos e ambientais do território. A ideia de OT alcançou países com estruturas econômicas mais fragilizadas, como o Brasil.

O ordenamento territorial no Brasil resulta da influência de organismos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Mundial. A configuração econômica, social e fundiária do país apresenta-se como desafios para o Estado. "[...] A meta buscada era a de incremento e equalização do crescimento econômico, superando as disparidades regionais e promovendo o bem-estar" (MORAES, 2005, p. 141). As crises estruturais do pós-Segunda Guerra Mundial e o período de redemocratização da política brasileira impulsionam a retomada do crescimento econômico e a preocupação de erradicação da pobreza. Mas as políticas de desenvolvimento lançadas nesse período foram insuficientes para resolver ou minimizar os problemas

sociais. Assim, a ideia de ordenamento territorial deve ultrapassar as fronteiras do quantitativo e alcançar voos multidimensionais, mais qualitativos.

Enfoca-se na perspectiva nacional a necessidade de “conhecer para ordenar”, em outras palavras, entender a organização do território sob a ótica qualitativa do desenvolvimento. Diante disto, o conhecimento do território e suas potencialidades são pontos a serem levados em consideração, surge, então, a preocupação com a qualidade de vida. Sob esse prisma, emerge a necessidade de pensar o desenvolvimento numa lógica qualitativa rompendo com o caráter “nacional - desenvolvimentista”, que assegurava o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Assim, o ordenamento territorial passou a ser ancorado no paradigma da qualidade em detrimento da quantidade, em outros termos, na ideia de um tipo de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

No âmbito da criação das políticas públicas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em meados da década de 1990, aparece como um marco estratégico no ordenamento do território. Dividido em três linhas principais de atuação: **Crédito, Capacitação e Infraestrutura e Serviços**, o PRONAF apresentou deficiência em relação ao caráter municipalista que se constituía com a proposta de desenvolvimento rural. O avanço das políticas públicas que enfatiza o desenvolvimento multidimensional amplia-se nos anos 2000. Uma ruptura de área de atuação da política acontece nesse período. A escala municipal enfatizada no PRONAF é reelaborada numa dimensão intermunicipal, ou nas palavras da Secretaria de desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA): **territorial**. Os Territórios Rurais (TR's) assumem a linha Infraestrutura e Serviços que precedia do PRONAF e passa a constituir-se em: Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF). A ampliação da política territorial se materializa na criação dos Territórios da Cidadania (TC's) em 2008. Neste período, os jovens, as mulheres e as comunidades tradicionais são inseridas nas tomadas de decisões dos colegiados e alguns projetos são direcionados para esses atores sociais.

O PROINF é uma ação de caráter não reembolsável e de responsabilidade financeira do Orçamento Geral da União (OGU). O objetivo geral do PROINF é financiar projetos de infraestrutura e serviços indutores do desenvolvimento territorial. O proponente, entidades ou instituições, devem participar das propostas, da elaboração e da concretização dos projetos para terem acesso aos recursos financeiros. Além disso, o proponente deve atender aos requisitos propostos nos territórios e fiscalizar o que foi assegurado nos projetos do PROINF. Para os projetos serem aprovados deverão comprovar a participação dos beneficiários na elaboração das propostas e ser indicado pela plenária do Colegiado

do Território. Os proponentes e responsáveis pela gestão devem ser entes públicos e atender aos grupos sociais com prioridade no Programa Brasil sem Miséria e estar vinculados aos eixos temáticos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

O PROINF traz a ideia de ampliação e dinamização produtiva da agricultura familiar. Contudo, a inserção dos projetos de infraestrutura conduz a necessidade do uso da técnica. Neste sentido, a questão que se coloca é: em Alagoas, os projetos de infraestrutura estão *pari passu* aos projetos de capacitação profissional? Na relação entre PROINF, juventude e agricultura familiar, quais as possíveis repercussões territoriais da falta de conteúdo técnico para o usufruto das infraestruturas disponibilizadas para os Territórios da Cidadania de Alagoas? Corrobora-se com Santos (2012), quando a técnica aparece separada da ação, os espaços tendem a responder a meros territórios medíocres.

As ações do PROINF impulsionam a necessidade de qualificação e conhecimento para atender as demandas técnicas do campo. A inquietação por qualificação é ainda mais forte na vida dos jovens. Com base neste contexto, algumas considerações iniciais sobre a conexão entre o PROINF, a juventude e a agricultura familiar foram elaboradas. Assim, o objetivo deste estudo é refletir acerca da relação entre o PROINF e a juventude na reestruturação territorial da agricultura familiar nos Territórios da Cidadania de Alagoas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta reflexão, tem-se como delimitação temporal o interregno entre 2003 e 2017. O recorte espacial está delimitado nos Territórios da Cidadania de Alagoas. A relação espaço-temporal faz-se diante do fechamento dos contratos, da disponibilidade dos recursos para a territorialização das ações do PROINF e da pesquisa de campo realizada no Médio Sertão de Alagoas. É válido salientar que este estudo faz parte de uma inquietação observada durante trabalhos de campo desenvolvidos no período entre 2016 a 2017, quando se analisou o desenvolvimento territorial rural e o PROINF no Médio Sertão de Alagoas. O alargamento dos horizontes da pesquisa, anteriormente mencionada, ilumina as questões norteadoras deste estudo.

Assim, estas são considerações iniciais que foram delineadas na articulação da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e das observações durante os trabalhos de campo. O levantamento e a leitura das bibliografias foram realizados a partir dos temas: jovem, juventude, agricultura familiar, PROINF, território e territorialidade. A pesquisa documental consistiu na análise dos seguintes documentos: atas do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do

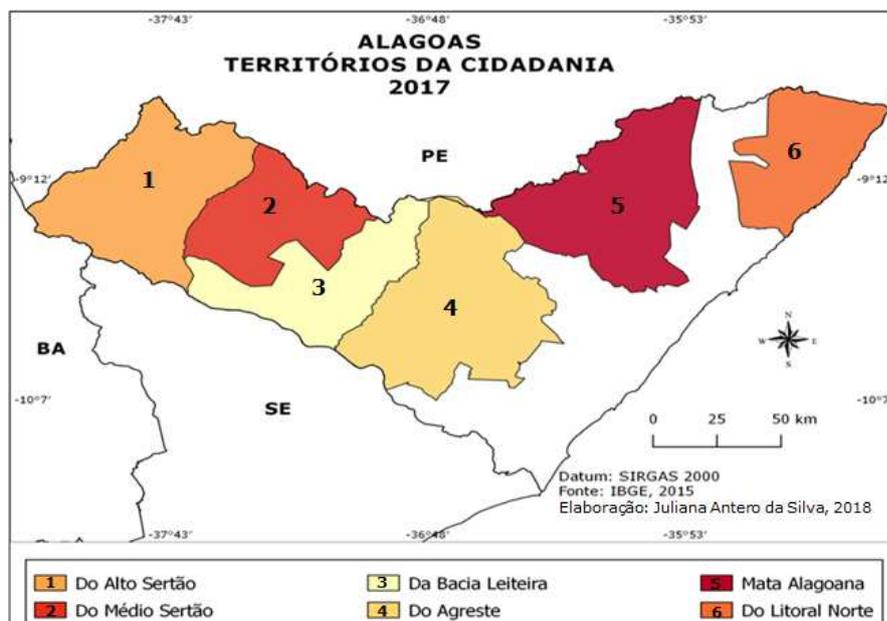
Agreste de Alagoas; dados do Censo Agropecuário; Censo demográfico; Referencial de Apoio aos Territórios Rurais; Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); Manuais operacionais do PROINF; Mapas Temáticos e coleta de dados e informações disponíveis no Portal dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's) e no Sistema de Informações Territoriais (SIT). Ademais, é válido mencionar a atuação técnica no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no período entre 2016 e 2017.

A reflexão sobre o PROINF, a juventude e a reestruturação territorial da agricultura familiar está organizada em dois momentos, além da introdução, dos procedimentos metodológicos e das considerações finais, a saber: a análise da territorialização do PROINF em Alagoas e alguns apontamentos para a indagação: PROINF: o “esvaziamento” da juventude do campo?

A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROINF EM ALAGOAS

Dentre os 120 Territórios da Cidadania (TC's) criados no país em 2008, a região Nordeste apresenta 56 Territórios, um pouco mais de 46% do total nacional. A extensão territorial e o elevado índice de desigualdade social colocam em destaque a região Nordeste no que diz respeito à quantidade de TC's. O estado de Alagoas apresenta 06 (seis) TC's, são eles: Territórios da Bacia Leiteira; do Agreste; do Alto Sertão; do Litoral Norte; do Médio Sertão; e da Mata Alagoana (Mapa 1).

Mapa 1: Alagoas - Territórios da Cidadania, 2017



Datum: SIRGAS2000

Fonte: IBGE, 2015

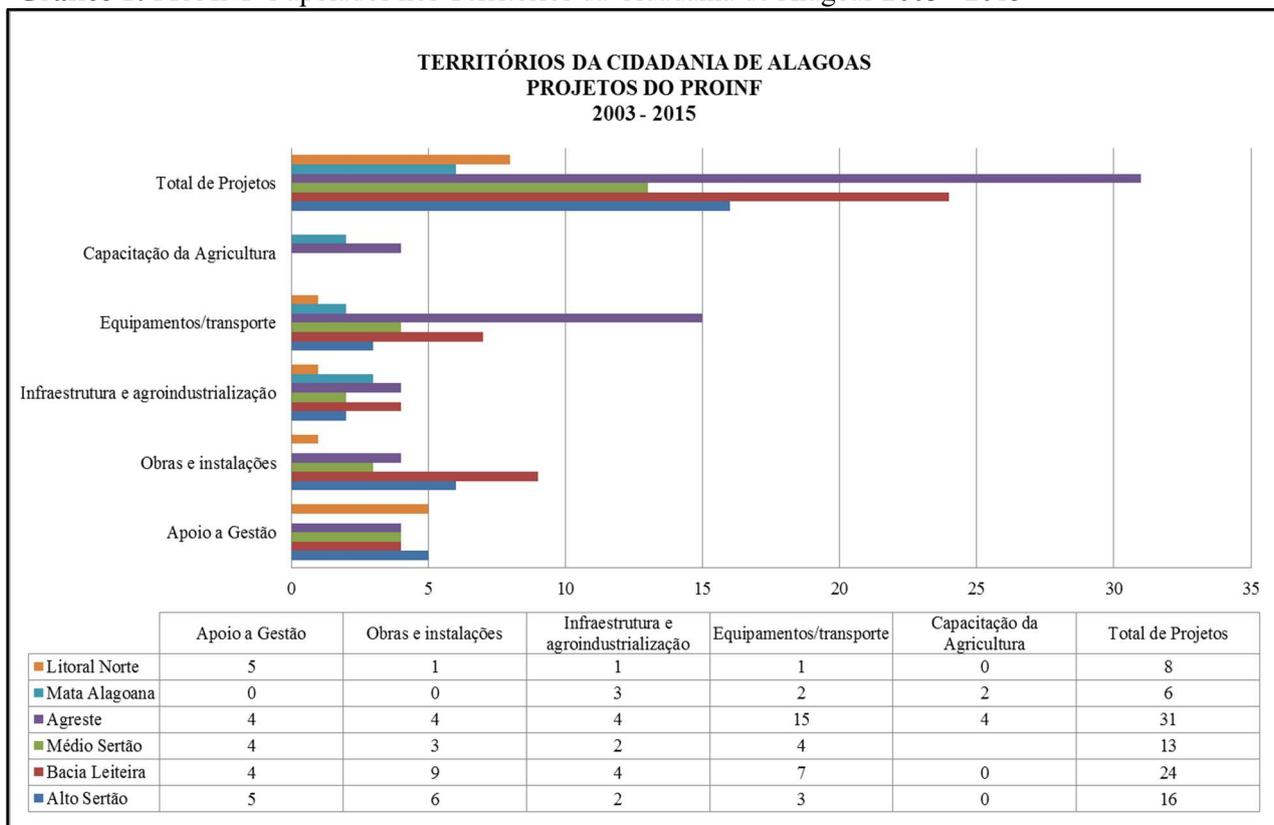
Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2018

A diferenciação e seletividade espacial nos investimentos do Governo Federal para o PROINF mostram-se como aspectos elementares para a análise, como pode ser observado nos valores a seguir e no Gráfico 1 com os quantitativos dos projetos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015), entre 2003 e 2014, pouco mais de 22 milhões de reais foram direcionados para o PROINF nos TC's de Alagoas, nas seguintes proporções: 44,45% no Território do Agreste; 17,76% na Bacia Leiteira; 12,85% no Alto Sertão; 10,89% no Médio Sertão; 8,72% na Mata Alagoana e 5,33% no Litoral Norte.

Nos Territórios da Cidadania em Alagoas, as ações de Infraestrutura e Serviços foram direcionadas para os territórios da agricultura familiar por meio dos seguintes projetos: (i) capacitação da agricultura; (ii) equipamentos e transporte, compra de equipamentos eletrônicos, como computadores, veículos, tratores e motocicletas; (iii) infraestrutura e apoio a agroindustrialização, que consiste no apoio a infraestrutura e a diversificação de cadeias produtivas; (iv) construção e/ou instalações de agroindústrias, como por exemplo, fábricas escolas e frigoríficos; (v) apoio a Gestão territorial (Gráfico 1).

Gráfico 1: PROINF's apoiados nos Territórios da Cidadania de Alagoas 2003 - 2015



Fonte: Sistema de Informação SDT/MDA, 2015. **Elaboração:** Juliana Antero da Silva, 2018.

Como se vê, somente os Territórios da Cidadania da Mata Alagoana e do Agreste apresentam projetos direcionados para capacitação profissional. O Território da Cidadania (TC) do Agreste sobressai-se pelo quantitativo de projetos para a capacitação profissional, são 4 ao todo, e por ter o único município de Alagoas que propôs um projeto educacional para jovens como objeto de contrato do PROINF, destacadamente Palmeira dos Índios. O Território da Cidadania do Agreste é formado por dezesseis municípios. Dos quarenta e nove projetos apoiados pelo PROINF, 36% dos projetos, entre 2003 e 2014, estão concentrados no município de Arapiraca, que corresponde a 71,5% dos recursos. Em Arapiraca, os objetos de financiamento transitam entre o apoio a agroindústria de leite e beneficiamento de mandioca, aquisição de veículos, como por exemplo, tratores, caminhões e motocicletas, investimentos para o fortalecimento da gestão participativa e do cooperativismo. Palmeira dos Índios captou aproximadamente 5% dos recursos do PROINF e apresenta quatro projetos, cerca de 8% do total, com foco na capacitação e no transporte. Especificamente na capacitação, coloca-se em relevo o projeto para a formação continuada de educadores e jovens em comunidades rurais.

Os valores aplicados em ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços chamam a atenção sobre a seletividade espacial do capital. O processo de ocupação territorial, as particularidades geográficas e a formação econômica das mesorregiões alagoanas certamente influenciam na territorialização dos investimentos do PROINF. As orientações para a proposta dos projetos apoiados nos Territórios da Cidadania seguem as demandas e as especificidades vinculadas ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) responsabilizam-se pelas tomadas de decisões necessárias ao Território, que devem ser voltadas as particularidades das potencialidades encontradas no território da produção familiar.

Faz-se imprescindível mencionar que, neste estudo, território, em minúsculo, faz referência a categoria geográfica e o Território, em maiúsculo, identifica a escala institucional de planejamento. O território é constituído pelas relações sociais que são produzidas sobre determinado espaço valorizado e embutido de poder (SOUZA, 2015; RAFFESTIN, 1993). E, as relações sociais são construídas na territorialidade. Segundo Saquet (2010, p. 129), a territorialidade é percebida como “o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço de trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território [...]”. Contudo, a análise conceitual de Território no lançamento do Programa Território da Cidadania aparece sintetizada no seguinte conceito: “o território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica” (REVISTA

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009, p. 03). Por isso, buscou-se diferenciar território enquanto categoria geográfica e Território do planejamento.

Cada Território concentrou seus projetos em ações particulares e pertinentes à realidade local. No Litoral Norte, os projetos concentraram-se no suporte a gestão do Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Na Mata Alagoana, sobressaíram-se as ações para apoio à infraestrutura. No Agreste, destacou-se o PROINF para compra de equipamentos e veículos. No Médio Sertão, o PROINF para a construção de um frigorífico estava em relevo. Na Bacia Leiteira, os projetos ficaram concentrados em obras e instalações, principalmente para construção de uma fábrica escola de beneficiamento de leite. No Alto Sertão, os objetos de contratos estão agrupados basicamente no fortalecimento da gestão territorial e na infraestrutura da agroindustrialização da ovinocaprinocultura.

Os Territórios são organizados e os projetos são conduzidos com base nas principais características espaciais e econômicas. Na mesorregião sertaneja, os Territórios do Alto Sertão, Médio Sertão e Bacia Leiteira apoiam sua produção nas culturas da pecuária de ovinos, caprinos, bovino, aves e no cultivo de lavouras temporárias e permanentes. No Território do Agreste, evidencia-se a policultura. O Agreste destaca-se como área de transição, mais propícia a diversificação da produção.

Na região (sub)litorânea, as atividades atreladas à piscicultura e as pequenas fabriquetas predominam e o Território da Mata Alagoana é exemplo disso. No Território do Litoral Norte, os projetos são disponibilizados para a implantação de agroindústria de base artesanal, especificamente as beneficiadoras de frutas, distribuídas entre pequenas fábricas de polpa de frutas e de doces; e a gestão territorial.

PROINF: O “ESVAZIAMENTO” DA JUVENTUDE DO CAMPO?

O PROINF insere no território dos agricultores familiares objetos técnicos, ou seja, materialidades que necessitam de conteúdo técnico para a sua funcionalidade, para ter sentido. Como nos alerta Santos (2008, p. 97, grifo nosso e grifo do autor), “os objetos já não trabalham sem o **comando da informação**, mas, além disso, passa a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação *para* os objetos, informação *nos* objetos”. A “tecnificação” no território da agricultura familiar é articulação dos objetos técnicos com as ações especializadas na obtenção de melhoria no sistema de produção, circulação e consumo. O jogo de poder inerente ao domínio do conhecimento técnico, tende a gerar uma tensão territorial.

O PROINF traz os contornos do meio técnico-científico-informacional. O domínio do conhecimento técnico apresenta-se como recurso, como poder, na competitividade territorial. Vale ressaltar que se compreende o território como a parcela do espaço geográfico em que se projeta um trabalho, seja energia e informação, que revelam relações de poder (RAFFESTIN, 1993). O território do agricultor familiar estrutura-se nas relações de identidade e reconhecimento com a terra, que vão além de um meio de produção. A terra para o agricultor familiar é base da vida, na dimensão cultural, social, política, ambiental, enfim, familiar. O agricultor familiar produz a “face do vivido” e a “face do agido” do poder, ou seja, sua territorialidade. “A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Assim, o estreito laço do agricultor com a terra é transmitido de pai para filho/a. Neste contexto, os jovens mostram-se como o “futuro”, a “sucessão”, da agricultura familiar. É digno de registro que se entende por jovens, pessoas entre 15 e 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013.

As pesquisas sobre os jovens no mundo e no Brasil tiveram direcionadas à questão dos jovens no/do espaço urbano. Segundo Castro *et al.* (2009), os estudos ancorados na temática da juventude, nos países europeus, apresentaram grande repercussão e um pico da produção nas décadas de 1960, 1980 e 1990. Mas os estudos em relação à juventude rural obtiveram menor ascensão que as pesquisas sobre a juventude urbana. O Brasil se destacou na ênfase dessas análises somente a partir da década de 1990. Neste período, o país passava por um momento de mudanças referentes à redemocratização da política brasileira e a ideia de desenvolvimento nos moldes multidimensionais.

As pesquisas de Abramovay *et al.* (1998), Elisa Castro *et al.* (2009), Antônio Castro *et al.* (2013), Caldart, Paludo e Doll (2006) sobre a juventude rural analisam as relações conflituosas construídas historicamente. As questões de gênero e a dependência financeira dos jovens foram aportes de destaque nas principais análises. As pesquisas refletem sobre a função que o pai desempenha no campo. Ao pai é estabelecido o exercício de dono e gerente da propriedade. A concepção patriarcal enraizada na formação social do Brasil torna-se mais forte na agricultura familiar, por isso os jovens passam a apresentar uma relação de subalternidade biologicamente constituída no campo. Além de subalterno das relações sociais, o jovem da agricultura familiar é analisado também como o futuro social, o marginal, o violento e às vezes sem perspectiva de vida.

No âmbito da busca por uma definição do jovem e/ou juventude como categoria social, surgiu ao longo das décadas uma gama de autores, principalmente sociólogos, que divergem da reflexão

acerca da perspectiva da juventude. A famosa frase enunciada por Bourdieu¹ “a juventude é apenas uma palavra” movimentou os discursos do que se entende por jovem. Entre as classificações encontram-se aquelas baseadas na questão etária, nas relações sociais, atuação e autonomia de vida, dentre outras. Assim, a juventude rural esteve associada ao aspecto hereditário da relação social com os pais, o esvaziamento rural e o envelhecimento da população no campo.

Nas pesquisas sobre a juventude rural, Abramovay *et al.* (1998) problematizam a realidade desses jovens a partir dos novos “padrões sucessórios” na agricultura. Na pesquisa realizada pelos autores foi evidenciada uma tendência a masculinização, ao êxodo rural e ao envelhecimento da população. Constata-se uma submissão maior da mulher em relação aos homens, elas acabam desempenhando o trabalho na roça e os serviços domésticos. Mediante estas reflexões, os jovens do espaço rural tenderiam a migrar para as cidades. Nas discussões concernentes à época da realização da pesquisa, os autores consideraram a necessidade de políticas que valorizassem os espaços rurais. O incentivo a multifuncionalidade da agricultura seriam o passo inicial para a fixação dos jovens no campo.

Neste contexto, artigos, dissertações, monografias, teses, resumos, capítulos de livros se desdobraram em enfatizar os fatores que impulsionam a saída e os fatores que favorecem a permanência no campo. As pesquisas se voltaram aos aspectos da construção da identidade dos jovens rurais, das políticas públicas para a juventude rural, da relação da juventude rural e educação do campo, dos jovens como atores políticos, novos padrões sucessórios na agricultura familiar e as questões de gênero.

A permanência dos jovens no campo possibilita a formação de novas gerações de agricultores familiares. Abramovay *et al.* (1998) na década 1990 analisaram os novos “padrões sucessões” na agricultura familiar em Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Os jovens ao serem questionados sobre o que bastava para ser agricultor, respondeu, em sua maioria, que lhe bastava o “ginásio (8ª série)”, visto que o “problema é a falta de capital para investimento e custeio, muito mais que capacitação”. Diante disto, os cursos técnicos tinham frequência muito baixa e irregular (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p. 51). A industrialização da cidade, a mecanização do campo e a relação social de subalternidade dos jovens ao pai influenciaram nas respostas dos entrevistados e pode ser analisada como o panorama da situação vivenciada na época pelos jovens no restante do Brasil.

¹ Entrevista a Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association de Ages, 1978. Extraída de: BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-121.

Os levantamentos bibliográficos que abordaram a juventude rural tiveram maior representatividade nos anos 2000 e 2006 (CASTRO *et al.*, 2008). Todavia, não houve estudos que associassem os jovens da agricultura familiar com o PROINF. O que imbrica observar que o PROINF já fazia parte das propostas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil através da implantação da técnica no campo.

O PROINF apresenta-se como a política pública direcionada a dinamização da produção da agricultura familiar com a disponibilidade de capital para infraestruturas e serviços. As materialidades inseridas nos territórios dos agricultores familiares pelo PROINF são objetos técnicos que necessitam de ações “superiores”, para usar as palavras de Santos (2012), por serem ao mesmo tempo técnicos e informacionais, “já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação” (SANTOS, 2012, p. 237). Estas ações “superiores”, afirma Santos (2008), são informadas de fora, são ações com base científica, ensinadas apenas a alguns. Os albos do século XXI modifica a lógica territorial da agricultura familiar na relação entre os jovens e a capacitação técnica.

O conhecimento técnico possibilita ao agricultor familiar à inserção no processo de competitividade territorial. Os jovens, entre 15-29 anos, são propensos a buscar qualificação profissional para dá funcionalidade, sentido, aos equipamentos disponibilizados pelo PROINF para uso coletivo. Em geral, as propostas de ação do PROINF em Alagoas tratam os jovens como “invisíveis”, diante da inexpressividade de projetos para estes atores sociais.

Em Alagoas, a inserção da técnica pelo PROINF pode vir a provocar a busca pelo conhecimento e conseqüentemente, a saída dos jovens do campo. Isto pode ser evidenciado na ausência de planejamento para os jovens nas ações implantadas entre os anos de 2003 a 2015 no estado. Dos 72 municípios que integram os seis Territórios da Cidadania (TC's) de Alagoas, somente o município de Palmeira dos Índios do TC do Agreste apresentou em 2010 uma proposta de projeto que envolve jovens, a saber: *Promoção do processo de formação continuada a educadores e jovens residentes e atuantes em comunidades rurais*.

Certamente, a “in-visibilidade” dos jovens nas propostas de ação do PROINF em Alagoas tende a impulsionar um processo dicotômico e conflitivo entre “sair” e “ficar” no campo. Se o jovem sai, quem fica? O “esvaziamento” do território da agricultura familiar pelos jovens pode conduzir ao “preenchimento” do campo por novas relações de trabalho e outras atividades não agrícolas. O

movimento dialético esvaziamento/preenchimento conotam uma reestruturação territorial e tende a modificar a agricultura familiar dos moldes atuais.

A saída dos jovens tende a provocar o “esvaziamento” de mão de obra familiar, principal característica desta atividade. Deste modo, pode-se evidenciar, com maior intensidade, o “preenchimento” por relações de trabalho formadas a partir das parcerias, do arrendamento da terra, da figura do meeiro, entre outros. Ademais, o “esvaziamento” territorial pode impulsionar o loteamento das terras dos agricultores familiares para a construção de condomínios fechados ou outras formas imobiliárias.

Ao que tudo indica, o PROINF apresenta-se como uma “força centrípeta” ao atrair para a agricultura familiar a oportunidade de meios de produção especializados. Porém, pode vir a se constituir em um dos elementos formadores de uma “força centrífuga”, ao impulsionar um “esvaziamento” de jovens do campo que buscam qualificação profissional na cidade. Sem conhecimento, a instalação e o funcionamento das agroindústrias, dos abatedouros e dos frigoríficos apoiados pelo PROINF esbarram em questões sanitárias, ambientais, e de conservação e higienização alimentar. Além disto, a falta de conteúdo técnico para usar os equipamentos pode causar “medo” de danificá-los e o possível “mau” uso destes equipamentos pode provocar um conflito territorial.

Assim, pode-se dizer, que na maioria dos Territórios da Cidadania de Alagoas, as ações dos Projetos Infraestrutura e Serviços (PROINF) ao “tecnificar” o campo tendem a impulsionar o “esvaziamento” do território dos agricultores familiares em virtude da (des)(re)territorialização dos jovens e o possível “preenchimento” deste território por novas relações de trabalho. Desse modo, verifica-se o dialético movimento de reestruturação do território da agricultura familiar.

PARA NÃO CONCLUIR...

O PROINF dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania em Alagoas foi iniciado em 2003. Até 2018, verificam-se pontuais estudos geográficos sobre os desdobramentos territoriais desta política para os agricultores familiares em Alagoas. Os estudos que se destacam são: Silva (2018); Santos; Oliveira e Costa (2016) e Rodrigues; Nascimento e Silva (2016). No que diz respeito à relação entre jovem, agricultura familiar e PROINF em Alagoas, nenhuma pesquisa científica foi encontrada nos levantamentos bibliográficos iniciais. As reflexões iniciais apontadas trazem à tona a emergência de pesquisas densas e coloca em evidência *o papel ativo da geografia*, visto que a “riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a **um só tempo**,

os **objetos (materialidades)**, as **ações (sociedade)** e os mútuos condicionamentos entretecidos com o **movimento da história**” (SANTOS, 2000, p. 104, grifo nosso).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas (SP): Editora Hucitec, Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.852/2013. Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Revista Território da Cidadania**, 2009.

CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores**. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

CASTRO, A. M. G. de. *et al.* **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: MDA, 2013.

CASTRO, E. G. de *et al.* **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PINTO, A. C. dos S. **Pensar os territórios rurais: paisagem, planejamento e desenvolvimento em Sever do Vouga**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Coimbra, Portugal: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, S. A. S.; NASCIMENTO, P. O. do; SILVA, A. L. da. Desenvolvimento e políticas públicas: análise da execução do PROINF 2005-2014 no Território do Médio Sertão de Alagoas. In: **XXIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Anais: ajuste nacional x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. 2016.

SANTOS, L. M. dos; OLIVEIRA, E. R. S. dos S.; COSTA, J. E. da. Execução do PROINF nos territórios da cidadania do agreste e do litoral norte do estado de alagoas: contradições e similaridades. In: **XXIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Anais: ajuste nacional x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia. Um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, J. A. da. **PROINF no Território da Cidadania do Médio Sertão de Alagoas: um caminho para o desenvolvimento territorial rural?** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.